

HABEAS CORPUS Nº 547.487 - SP (2019/0351758-0)

RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
IMPETRANTE : ROGERIO LUIS ADOLFO CURY E OUTRO
ADVOGADOS : ROGÉRIO LUIS ADOLFO CURY - SP186605
DANIELA MARINHO SCABBIA CURY - SP238821
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3A REGIÃO
PACIENTE : PAULO ROBERTO BRUNETTI

DECISÃO

Trata-se de pedido liminar deduzido em sede de **habeas corpus** impetrado em favor de PAULO ROBERTO BRUNETTI, contra v. acórdão prolatado pelo eg. Tribunal Regional Federal da 3º Região.

Depreende-se dos autos que o ora paciente teve a liberdade concedida pelo Colendo Supremo Tribunal Federal em outubro de 2018 mediante a obrigação de entregar o passaporte e não se comunicar com outros investigados.

Alega que um ano após a decisão prolatada pelo Colendo Supremo Tribunal Federal sobreveio acórdão no habeas corpus impetrado no Tribunal a quo, o qual impôs novas medidas cautelares alternativas ao ora paciente.

Postula o impetrante, no presente **writ**, que "*i) seja concedida a liminar, com o objetivo de afastar a medida cautelar de proibição de frequência aos escritórios das empresas citadas no bojo do inquérito, posto estas não mais existirem, autorizando o ingresso do paciente no local onde exerce a sua atividade laborativa, a bem do princípio da dignidade humana, para que não sobrevenha prejuízo ao seu sustento ou de sua família*" (fl. 20).

É o breve relatório.

Decido.

Na hipótese, **ao menos neste juízo de prelibação**, o acórdão que concedeu a liberdade provisória ao paciente e determinou a imposição de medidas cautelares diversas parece-me consentâneo com os princípios da razoabilidade,

proporcionalidade e adequação.

Nesse sentido, cito o seguinte precedente desta eg. Corte:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ARTIGO 14 DA LEI N. 10.826/2003. PRISÃO PREVENTIVA REVOGADA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PEDIDO DE REVOGAÇÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES DE RECOLHIMENTO DOMICILIAR NOTURNO, RECOLHIMENTO DOMICILIAR INTEGRAL AOS SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS, PROIBIÇÃO DE FREQUENTAR BARES, FESTAS E SIMILARES E PROIBIÇÃO DE INGERIR BEBIDA ALCÓOLICA E USAR SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES. ALEGADA DESARRAZOABILIDADE. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA DA MEDIDA MENOS GRAVOSA. ELEMENTOS PROBATÓRIOS A INDICAR QUE O RÉU INTEGRA FACÇÃO CRIMINOSA NA FUNÇÃO DE OLHEIRO. NECESSIDADE DAS CAUTELARES. ADEQUAÇÃO. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça, seguindo entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, passou a não admitir o conhecimento de habeas corpus substitutivo de recurso previsto para a espécie. No entanto, deve-se analisar o pedido formulado na inicial, tendo em vista a possibilidade de se conceder a ordem de ofício, em razão da existência de eventual coação ilegal.

2. O § 6º do art. 282, incluído ao Código de Processo Penal pela Lei n. 12.403/2011, dispõe que "a prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319)".

3. As instâncias ordinárias revogaram a prisão preventiva do recorrente, reputando suficientes a aplicação de medidas cautelares alternativas, dentre elas, o "recolhimento domiciliar noturno, recolhimento domiciliar integral aos sábados, domingos e feriados, proibição de frequentar bares, festas e similares e proibição de ingerir bebida alcóolica e de usar substâncias entorpecentes".

4. A despeito da imputação do fato previsto no artigo 14 da Lei n. 10.826/2003, no caso, a imposição das medidas cautelares de "recolhimento domiciliar noturno, recolhimento domiciliar integral aos sábados, domingos e feriados, proibição de frequentar bares, festas e similares e proibição de ingerir bebida alcóolica e de usar substâncias entorpecentes", não são, por si sós, desarrazoadas, já que suas imposições decorreram da necessidade de se evitar que o

recorrente continue a exercer uma possível função de olheiro em facção criminosa do norte da ilha de Florianópolis/SC, havendo, inclusive, declarações do próprio réu que estaria em contato com membros do PCC por encontrar-se em débito com estes, mostrando-se, pois, as cautelares necessárias para a garantia da ordem pública, nos exatos termos preceituados pelo artigo 319, II e V, do Código de Processo Penal.

5. As medidas cautelares mostram-se adequadas e necessárias para evitar que o recorrente entre em contato com as pessoas, frequente lugares e utilize substâncias que o possam levar à reiteração da infração a si imputada.

6. Habeas Corpus não conhecido" (HC 388.536/SC, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe 31/05/2017).

Dessarte, a análise dos autos, nos limites da cognição **in limine**, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não restando configurada, **de plano**, a flagrante ilegalidade, a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo da 4º Vara Federal Criminal de Ribeirão Preto, bem como ao eg. Tribunal de origem.

Após, abra-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. e I.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO

(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator